

I JORNADA CIENTÍFICA

DA FACULDADE META

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA 1ª ETAPA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA PAULO FREIRE – MACAPÁ/AP

Ana Samara dos Santos Barros¹

Jacqueline Ramos da Silva²

Armando Sérgio Nunes Pereira³

Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues⁴

José Adnilton Oliveira Ferreira⁵

EIXO: EDUCAÇÃO

RESUMO: Este estudo tem como tema A importância da inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais na 1ª etapa da educação de jovens e adultos da Escola Paulo Freire – Macapá/AP, o tema surgiu a partir da disciplina de estágio supervisionado, na busca de compreender como é ofertada a educação escolar de pessoas com NEE. O qual tem objetivo entender como se dá o atendimento educacional a pessoas com necessidades educativas especiais na 1ª etapa da EJA, identificando que tipos de ações o professor utiliza. Buscou-se realizar levantamento bibliográfico de trabalhos relacionados ao tema como dissertações, revistas científicas e fundamentação em leis, portarias no período de 1990 a 2022, aplicou-se questionário com 10 (dez) perguntas a uma professora da instituição de ensino, para compreender como se dá o processo de ensino dos alunos com NEE. Com base nos resultados que a qualidade da educação nas escolas que ministram na EJA reflete a falta de investimento do poder público na educação escolar, caracteriza pelo caráter precário da escola.

Palavras-chave: Educação inclusiva. EJA. Pessoas com necessidade educativas especiais.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica de Pedagogia

² Acadêmica de Pedagogia

³ Graduação em Pedagogia (UFPA, 1994), especialização em Pedagogia (Atual, 2005)

⁴ Graduação em Pedagogia (UFPA, 1994), especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico (IBPEX, 2007), mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFAP, 2015)

⁵ Graduação em Pedagogia (UCPel, 2002), especialização em Gestão Escolar (UNIFAP, 2011), mestrado em Educação Escolar (UNESP, 2018), doutorado em Educação (UNB, 2022)

A pesquisa foi realizada a partir das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado Obrigatório para fundamentação da pesquisa, por meio das disciplinas foi possível aliar teoria e prática paralelamente. As práticas pedagógicas são mutáveis, o momento atual exige que professores modernizem suas práticas mantendo os alunos conectados ao ensino e aprendizado oferecido.

O Tema “A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA 1ª ETAPA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA PAULO FREIRE – MACAPÁ/AP” é de grande relevância para sociedade como um todo, objetivando como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA, proporcionando uma educação inclusiva.

A inclusão escolar tem amparo legal por meio da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), além da Constituição Federal de 1988 (CF-88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9.394/96/1996). Mesmo assim, o processo de aceitação torna-se um desafio para escolas e docentes, porém, sendo um obstáculo a ser superado. No entanto, muitas dessas resistências ocorrem pelo fato de que tanto a escola quanto os docentes não se sentem habilitados ou capacitados e talvez deduzirem que terão mais trabalho com a educação de alunos com necessidades especiais.

A inserção de alunos com necessidades educacionais especiais – NEE na EJA é um desafio a ser superado, pois, este aluno pode encontrar barreiras que dificultarão seu acesso como, por exemplo, questões relativas à acessibilidade, recursos humanos e materiais voltados para o tipo de deficiência e suas particularidades, mobilidade e afins, isto pode prejudicar todo contexto de ensino e aprendizados destes alunos.

Com todos os possíveis percalços a inclusão na EJA é uma oportunidade para aqueles que não puderam ingressar no ensino regular, sendo viável incorporar a diversidade, sem discriminação. O papel do professor é impreterível para contribuir efetivamente na inclusão e encontrar métodos que propiciem o real aprendizado para todos. Logo, o objetivo desta pesquisa é fazer uma análise sobre a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais na educação de jovens e adultos, dando embasamento por meio de documentos oficiais e pesquisa de campo.

Durante o processo histórico a inclusão era algo impensado principalmente no que diz respeito à educação e mais ainda por serem pessoas com NEE houveram muitos paradigmas a serem quebrados como a exclusão, segregação, integração e inclusão. Muitos foram julgados

executados, suas condições eram ditas como demoníacas, foi a partir do renascimento que tudo que tudo foi visto com amplitude.

De acordo com Souza (2006), durante o processo histórico de construção das sociedades humanas, a inclusão era algo impensável, principalmente no que diz respeito à educação, e mais ainda por serem pessoas com NEE e surgiram muitos paradigmas a serem quebrados como a exclusão, segregação, integração e a inclusão. Muitos foram julgados e executados, pois suas condições eram ditas como demoníacas e foi a partir do renascimento que tudo foi visto com amplitude e estratégias foram traçadas para promover ações inclusivas.

Segundo Amaral (2001), a partir do momento que muitos estudiosos passaram a pesquisar a motivação das pessoas com deficiência, foi possível repará-las de forma mais adequado à época e muitas políticas públicas foram instituídas. Vale salientar que as leis que foram desenvolvidas para o direito a inclusão escolar muitas vezes não são seguidas que vão desde a formação do professor ao ambiente escolar.

Vale ressaltar que muitos dos alunos que precisam de um atendimento especial sofreram algum tipo de preconceito e até mesmo exclusão no ensino regular, sendo privados do seu direito à educação na idade apropriada, com isto muito pais e/ou responsáveis recorreram a EJA, pois nas escolas não há um espaço especializado a atender o público-alvo. (BRASIL, 2008)

A inclusão de alunos com NEE ainda é vista como um desafio não somente aos docentes mais também para os alunos e responsáveis por haver resquícios do passado o quando pessoas com algum tipo de deficiência eram excluídos, até chegar à integração foi árduo o processo de aceitação e foi por meio de leis que começou a mudar a passos lentos.

A Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca e muitas outras Políticas Públicas Educacionais, Leis, Decretos, Portarias enfatizam a importância do acesso da criança com NEE no ensino regular para que tenha um ensino de qualidade visando suas especificidades, seu desenvolvimento e total integração na sociedade. Portanto, a inserção de alunos com necessidades educativas especiais deve ser feita principalmente no ensino regular e na modalidade da EJA é importante para a socialização e desenvolvimento intelectual.

É essencial que a escola apresente um currículo adaptado as necessidades de cada aluno que apresente algum tipo de NEE, assegurando o progresso seu progresso. O olhar diferenciado faz com que alunos estimulados e os pais sintam-se acolhidos por haver uma instituição de ensino que promovam o ensino e aprendizado de seus filhos.

Por meio da análise de dados obtidos durante a aplicação dos questionários a professora, a qual respondeu 10 perguntas abertas e semiabertas relativas ao tema. Os dados

foram tabulados e analisados os mesmos foram transcritos conforme as respostas da docente entrevistada, desta forma foi possível dar fundamentação por meio das bases bibliográficas.

HISTÓRIA DA EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO NA HUMANIDADE.

CONTEXTO DA EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HUMANIDADE

A literatura traz muitos relatos históricos de pessoas com deficiência, que foram vítimas da exclusão social total, algumas culturas e principalmente a igreja católica associavam a condição das pessoas com deficiência como se estivessem possuídas por espíritos malignos.

Durante a idade média esses sujeitos além de serem excluídos socialmente, eram vistos como doentes e incapazes por tal motivo foram executados, bebês abandonados e mortos por suas próprias mães, visto que, por mais de 200 anos, pessoas com deficiência foram julgados, queimados em praça pública, executados, afogados ou condenados a prisões dos castelos da época (FACION & MATTOS, 2009, p. 6).

Exemplos destas práticas de execução têm-se a Roma Antiga, onde nobres e plebeus tinham permissão de sacrificar filhos que nasciam com algum tipo de deficiência e em Esparta os bebês era lançada no mar. A igreja católica na Idade Média sempre teve força para influenciar a sociedade, “a religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, “como ser perfeito”, colocava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental” (MAZZOTTA, 1986), com isto, era inviável contradizer tal instituição.

O simples fato de as pessoas fugirem do padrão físico, mental ou comportamental, era sinônimo de excluí-los do convívio social dos demais. No final do século XVII pessoas com necessidades especiais foram segregadas, internadas em manicômios, orfanatos e entre outros. Suas condições eram vistas como doença com isto tinham destino certo a segregação os locais destinados às pessoas com NEE eram precárias desta maneira os prejudicavam ainda mais.

Durante este processo foram surgindo instituições especializadas em atender pessoas com deficiência e desde então foram assistidas de maneira diferenciada, como esclarece Stainback (1999, p. 25).

Em geral, os locais segregados, são prejudiciais, pois alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem afinal, pouca educação útil para a vida real, os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes.

De acordo com (FACION & MATOS, 2009) o processo de escolarização das pessoas com necessidades especiais foi marcado pela segregação, passível de ajustes e novos direcionamentos, estes processos iniciaram na França, com a fundação de instituições especializadas para educação de surdos e cegos. A Pestalozzi é vista como uma das precursoras de uma nova ótica no ensino as pessoas com necessidades especiais, com objetivo de buscar métodos em atende pessoas apresentassem características físicas distintas, dando condições de estas aprenderem.

FACIÓ & MATOS (2009, P. 121), refletem sobre os paradigmas educacionais:

Mudar de paradigma significa pensar que queremos uma educação especial para todos em um mundo especial para cada um de nós, em que nosso olhar esteja atravessando pela dignidade e pelo respeito aos outros e as suas diferenças. Esse é um processo gradativo, que possui como pré-requisitos, ética e responsabilidade.

Mudanças de valores foram surgindo ao passo que concepções sociais, as ciências e política foram avançando, a quebra de paradigmas permitiu que novos valores emergissem a respeito de pessoas com necessidades educativas especiais. Dando inicio a uma nova era para compreender e entender as motivações que algumas pessoas nasciam com diferentes deficiências e de que forma seria possível atende-las.

HISTORICIDADE DA INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO BRASIL

Foi a partir da idade moderna que o ser humano passou a ser valorizado, a partir de então uma nova ótica foi voltada para investigar mais sobre pessoas com necessidades especiais, logo a medicina começou associar por meio de estudos que tais a condição destas pessoas estava associada a “questões hereditárias, aspectos orgânicos, biotipologia entre outros” (RIBEIRO, 2003 p. 42).

Por volta do século XX, iniciaram-se movimentos para inserção de pessoas com deficiência no convívio social e, sobretudo nas escolas dando inicio ao processo de integração. Nogueira (2009, p. 88) afirma que a integração é um processo:

A integração é um processo que tem que ser assumido por toda a escola: o professor de turma regular deve receber apoio da educação especial para fazer este trabalho e os alunos devem ser atendidos, paralelamente, nas salas de recursos ou por professores itinerantes.

A integração deu sentido ao direito de o indivíduo/aluno com necessidades educacionais especiais serem inseridos no ambiente escolar, dando assim importância a este público, porém, estes alunos teriam que se adaptar ao meio e não o contrário. A escola não teria o comprometimento de se adaptar, desta forma as crianças passariam a ser responsáveis pelo seu desenvolvimento escolar, conseqüentemente, a escola não se via obrigada a assumir tal responsabilidade (NOGUEIRA, 2009, p. 88).

No entanto, a total integração somente se dava quando o aluno conseguia acompanhar o currículo desenvolvido pela escola, como era inviável, o aluno regressava desanimado e frustrado para uma escola especializada, desta forma os sujeitos eram impossibilitados a progredirem em uma turma regular e ocasionando o preconceito. Pessoas com necessidades educacionais especiais precisam ser incluídas em um ambiente que se adequado e não o inverso, deste modo se deu o movimento de inclusão como bem diz Sasaki (1997):

O movimento de inclusão começou por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 1990 naqueles países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século XXI envolvendo todos os países.

Inclusão tem a ver com respeito com todos os alunos com ou sem deficiência, dando sentido de incluir a todos socialmente e principalmente no contexto escolar, sendo a educação inclusiva a democratização escolar. Educação inclusiva e ensino regular vão muito além, tornando-se complexa por muitas escolas e profissionais não estarem capacitados para atender quem precisa de educação especial. Sobre a inclusão MITTLER (2003, p. 236) enfatiza:

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar a escola em algum momento.

No Brasil, pessoas com deficiência passaram a ter acompanhamento no período do império a partir da criação de duas instituições na época chamadas de o Império Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente ambos foram renomeados como Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), respectivamente, localizados no Rio de Janeiro. Durante o século XX muitas outras instituições foram fundadas: Instituto Pestalozzi (1926), voltada para o atendimento de pessoas com deficiência mental; em 1945 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1945 foi inserido na Sociedade Pestalozzi o atendimento a pessoas com superdotação.

Acrescenta-se que, a educação na época colonial não cumpriu com as necessidades eleitas pelo povo, deixado de lado, a formação inicial, se preocupando como proposto na Constituição de 1824, com princípios liberais, regava a igualdade, liberdade e a fraternidade entre os povos, mas como bem se sabe, esses princípios findavam-se somente a aqueles que tinham classes e posses e não a classe trabalhadora.

Após a Proclamação da República em 1889, aconteceram importantes avanços, inúmeros profissionais foram estudar Europa ao regressarem para o Brasil, com uma nova ótica a respeito da Educação Especial. No entanto neste período que “em 1906, as escolas públicas começaram a atender os estudantes com deficiência intelectual, no Rio de Janeiro” (BELTHER, 2017, p. 10).

Entretanto, o histórico de exclusão social no Brasil persistiu por um longo período, perdurou até meados de 1950, na Europa, por exemplo, no final do século XIX já existiam políticas para promover a escolarização de crianças com deficiências, em especial aquelas com deficiência intelectual (RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2017).

O processo de inclusão social e escolar, segundo Sá (2009, p. 26) se deu a partir que “Adenominação Educação Inclusiva nasceu nos Estados Unidos, pelas mãos da Lei Pública 94.142, de 1975”. Portanto, a inclusão surgiu para fincar o direito a todos a uma educação de qualidade, onde o meio teria que se adaptar a necessidade do aluno, sendo a escola um ambiente de todos e para atender todas as pessoas ali inseridas com suas especificidades.

As décadas de 80 e 90 movimentaram bastante o processo de inclusão, período que se início uma nova era, onde surgiram as primeiras declarações e tratados que defendiam o processo inclusivo, com objetivo de incluir e promover o desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais, não apenas incluir mais fazer parte do todo e participando efetivamente das atividades pedagógicas e convívio social (KARAGIANNIS, STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 25).

O marco histórico fundamental da inclusão em todo o mundo ocorreu em 1994, com a Declaração de Salamanca Espanha, realizada pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, que foi assinado por 92 países. A Declaração de Salamanca estabelece que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estas possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais

apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças (BRASIL, p. 33).

Foi a partir da Declaração de Salamanca (1994), que no Brasil iniciaram as discussões numa nova perspectiva sobre inclusão de maneira límpida e que respeitassem o ingresso do pessoal com necessidades educacionais inclusivas, a sua permanência, sua individualidade e identidade social. Sendo, essencial para verdadeira inclusão e a Declaração de Salamanca para consolidação da importância do acesso e permanência de alunos com NEE.

A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A inclusão escolar tem amparo legal, mesmo assim muitas vezes o processo de aceitação torna-se um desafio para escolas e docentes, porém, é preciso ser superado. Todavia, muitas dessas resistências ocorrem pela escola e docentes por não se sentirem capacitados ou até mesmo deduzirem que terão mais trabalho com a educação de alunos de com necessidades especiais.

Vale ressaltar que muitas dos alunos que precisam de atendimento especial sofreram algum tipo de preconceito e até mesmo exclusão no ensino regular, sendo privados do seu direito a educação na idade apropriada, com isto muito pais e/ou responsáveis recorreram a EJA, pois em muitas escolas não há um espaço especializados a atender o público-alvo (BRASIL, 2008).

A Educação de Jovens e Adultos e educação especializam no Brasil normatiza-se na Constituição federal de 1988 Art. 205 e 208, diz:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; III atendimento educacional especializado a portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 1 e 2), traz em seu texto o direito das crianças terem acesso a escola regular, “aquele com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz

de satisfazer a tais necessidades”. Visto que, é importante a permanência do aluno no ensino regular com ensino de qualidade que favoreça a acessibilidade, flexibilidade curricular e adaptação para um real ensino inclusivo a todos, a Declaração de Salamanca tendo forte influência nas Políticas Públicas que permeiam suas orientações principalmente no que diz respeito na urgência de novas ideias sobre necessidades educativas especiais.

Muitas Políticas Públicas Educacionais marcaram a trajetória da educação especial, dentre estes está a Lei nº 4.024 de Diretrizes e Bases para a Educação de 1961 em seus artigos 88 e 89 faz menção a educação de excepcionais (termo não utilizado atualmente) a fim de integra-los na comunidade e afirmar o direito à educação; em 1971, foi sancionada a Lei nº 5.692 de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, tinha como objetivo propor a formação necessária, qualificação do trabalho e consciência da cidadania, no seu artigo 9 diz que alunos com algum tipo de deficiência e atraso escolar deverão receber tratamento especial conforme as normas fixadas.

Em 1988 nasce a Constituição Federal Brasileira, de extrema relevância para a educação brasileira de maneira que em seu artigo 205 afirma que a “Educação é um direito de todos...”, e seu artigo 208 visibiliza o atendimento especializado a pessoas com deficiência, demonstrando a importância da inclusão destes. Lei nº 8.069/90 Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) fundamentada para proteção integral dos direitos da criança e ao adolescente, além de regulamentar o atendimento especializado as pessoas com deficiência, de preferência no ensino regular.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi realizada de 7 a 10 de junho de 1994, em Salamanca cidade espanhola a Declaração de Salamanca tratou dos princípios, políticas e das práticas voltadas para o âmbito da inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais. Lei 9394/96 atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), onde o Capítulo V, do artigo 58 ao reservado a Educação Especial, detalhado para ser aplicado nas escolas.

Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, em todas as modalidades, com intuito de identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, à escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem.

O processo de inclusão de alunos com deficiência tem passado por inúmeras mudanças durante décadas, muitos documentos foram debatidos e refeitos até chegarem ao direito do acesso e permanência desses alunos. Sendo, a escola inclusiva fundamental no

desenvolvimento de uma sociedade que aceite e valorize os que por décadas lutaram pela inclusão social e escolar.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A constituição Federal de 1988 em conjunto com a Lei nº 9394/96 a Educação de Jovens e Adultos passa a ser uma modalidade de ensino e de direito, resultado de uma luta intensa de movimentos em prol a pessoas com deficiência que não puderam adentrar no ensino regular por diversos motivos. Logo, a inclusão escolar, é direito adquirido e com importante papel no desenvolvimento social, psicológico e prover um ambiente propício ao desenvolvimento da autonomia efetiva.

Escolas e professores não é um produto pronto e acabado, não foram construídos em uma bolha e não se resumem a quatro paredes, a educação escolar tem por compromisso formar indivíduos para viver em sociedade e um dos principais sujeitos é o professor. Portanto, sabe-se que a inclusão do aluno com deficiência na EJA não é tarefa fácil, escolas e professores devem estar habilitados para um público tão específico como a EJA e em particular os que apresentam necessidades educacionais especiais.

Logo, alunos com necessidades educacionais especiais foram inseridas na modalidade da EJA, por diferentes motivos, pode-se dizer que pela sala de aula e/ou profissional não atenderem as especificidades dos alunos que precisam de um acompanhamento especializado, por motivos médicos ou muitas, desta forma são inseridos na EJA.

Na LDBEN 9.394/96, no artigo 37, parágrafo primeiro consta que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola (BRASIL, 1996).

Pessoas com ou sem deficiência aprende maneiras diferentes, tem aptidões, daí a importância de um ensino de qualidade. Inserir alunos com deficiência na EJA com escolas e profissionais qualificados traz, uma nova visão de ensino e aprendizado para os alunos e pais de alunos, de tal forma que eles progridam mesmo que seja no seu tempo de aprendizado.

Entender que o sistema educacional precisa acolher e atender alunos com NEE é primordial, e a modalidade da EJA vem proporcionando o acolhimento, dando a devida importância e adaptando o ambiente pra atender as especificidades, compreendendo que não é o aluno que vai se adaptar ao ambiente e sim o ambiente que tem que se adaptar aos alunos de NEE, a EJA proporciona o acolhimento necessário ao público alvo, sem discriminação, visando o pleno desenvolvimento de seus alunos. Portanto, a EJA abriu portas para que pessoas com necessidades educativas especiais pudessem aprender e se socializar com outras pessoas, visando o seu pleno desenvolvimento.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METEDOLÓGICOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Um árduo caminho foi traçado para construção de Políticas Públicas como por exemplo O Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, dispõe do decreto nº 7.234/2010, onde promova a acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010), voltadas para educação inclusiva só foi possível quando houve entendimento da importância de um currículo voltado para pessoas com algum tipo de deficiência e que precisavam ter atendimento que respeitasse a individualidade e sem nenhum tipo de discriminação ou distinção. No entanto, muitas escolas e profissionais da educação não estão preparados ou até mesmo não possuem formação continuada para tender as exigências necessárias para especificidades de pessoas com NEE.

Um dos princípios da Constituição Federal de 1988, assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, desta forma, o direito a educação é garantido por lei. Um currículo voltado para superar os desafios da inclusão é primordial para dinamizar o ensino/aprendizado na inserção dos alunos com NEE, seja no ensino regular ou na modalidade da EJA e na Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação, apresenta em seu texto a seguinte afirmativa:

A falta de apoio a essas necessidades especiais podem fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas

organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições permanência.

Neste cenário se faz necessário que o ambiente escolar seja voltado e pensado para o atendimento especializa a PcD promovendo a permanência destes alunos e formação completa.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9.394/96, preconiza ao sistema educacional no seu artigo 59 que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Consequentemente, a escola deve preconizar um currículo, metodologias, recursos e professores que atendam às necessidades deste público e as normas para organização da educação básica descrita no artigo 24, inciso V da LDBEN Nº 9394/96, onde:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

assegura, a:

[...] inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Um fato relevante, que é um desafio de toda comunidade escolar pela inclusão total de crianças, adolescentes e adultos com NEE, que possam atender os interesses e necessidades de todos da sala de aula tornando-se de grande importância uma metodologia de ensino favorável aos interesses de todos. Visto que, é essencial ter um currículo, metodologias, técnicas e entre outros para o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos alunos, sendo que, nem todos os ambientes escolares possuem ensino propício às exigências de alunos com NEE.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS ESPECIAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Vale salientar que foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que a Educação de Jovens e Adultos tomou novo rumo, passando a ser uma modalidade de ensino, teve sua fundamentação por meio da Constituição Federal de 1988. A modalidade da EJA foi uma conquista de muitos movimentos como bem aborda Osmar Fávero Et. Al Cosme (2010, p.3):

O autor procura destacar as propostas das campanhas e movimentos da educação de jovens e adultos, a partir da década de 1940, e das informações sobre as ações por eles desenvolvidas algumas lições que ajudem a melhor entender as necessidades dessa educação agora e questionar as propostas atuais. É nesse sentido que analisa, entre outros, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) da década de 1940, o Movimento da Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Sistema Paulo Freire de Alfabetização, do fim da década de 1950 e início da década de 1960 e a Cruzada Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), considerado o maior movimento de alfabetização do país, com inserção de praticamente todos os municípios brasileiros.

Além de todos os movimentos sociais em prol tal modalidade, a formação do professor em uma educação inclusiva é de extrema importância aos alunos com NEE, como define Almeida (2007, p. 336) “formar o professor, então, é muito mais que informar e repassar conceitos é prepará-lo para outro modo de educar, que altere a sua relação com os disciplinares e com o educando”. Portanto, a perspectiva inclusiva requer mudança no que diz respeito aos aspectos escolares, de forma que a escola se adapte e promova a inclusão de tais alunos.

Segundo a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, art. 12 que define como se dá a atuação do professor no Atendimento Educacional Especializado, este deve estar habilitado especificamente na formação da Educação Especial, com o intuito deste promover de que forma será executado atividades cotidianas dos alunos com NEE.

Na cartilha do Mec, Projeto Escola Viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais, descreve tipos de adaptações aos alunos com NEE (2000, p.9):

As necessidades especiais revelam que tipos de estratégias, diferentes das usuais, são necessárias para permitir que todos os alunos, inclusive as pessoas com deficiência, participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis, dentro de uma programação tão normal quanto possível.

A cartilha é um importante mecanismo adaptados para aplicação de metodologia de ensino para atender os alunos com NEE, dispondo de ensino de qualidade o qual aproxima os alunos do objetivo que é a participação das aulas cotidianas para o desenvolvimento intelectual e motor. Atender as peculiaridades dos alunos é possibilitar a inclusão as atividades voltadas especificamente ao aprendizado permitindo a participação de todos integralmente.

É imprescindível alçar adaptações voltadas ao ensino inclusivo e que tenha objetivos a curto, médio e longo prazo, com a necessidade que aja eliminação dos obstáculos na busca de alternativas do atendimento inclusivo e sempre estar a par das novas tendências de ensino, pois, sabe-se que o conhecimento é inacabado e que a sociedade exige novas metodologias de ensino.

ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ALUNOS ESPECIAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS.

Foi criada uma lei para garantir os direitos das PcD para promover a igualdade sem qualquer tipo de discriminação, de maneira a garantir serviços que abrangessem a acessibilidade e participação ativa na sociedade, a Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015, Institui a Lei Brasileira

de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Na educação escolar a lei garante a inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, descrito no art. 27;

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

No art. 28 desta mesma lei determina que é dever do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, atendendo as especificidades dos alunos com deficiência garantindo um currículo que promova sua independência e autonomia para seu pleno desenvolvimento.

Um fator imprescindível para que haja o desenvolvimento educacional da PcD é a formação dos profissionais da educação, os quais devem se especializar para sua plena atuação que permitam o desenvolvimento de conteúdos específicos e metodologias mais ativas, como destaca Freire (1996) ao afirmar que se professor “exige de mim, como professor, uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente” (p. 36). As escolas e os docentes precisam agarrar-se ao trabalho inclusivo de ambos os educandos, para que possam no decorrer dos anos letivos com possíveis adversidades solucionarem as problemáticas e isto ocorre durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico que é desenvolvido.

As escolas precisam dispor de Atendimento Educacional Especializado – AEE, o qual preconiza a identificação, elaboração e recursos pedagógicos e acessibilidade para a participação dos alunos algum tipo de deficiência. Além, de dispor de um ambiente e, profissionais capacitados voltados para realização dos atendimentos do público alvo que são considerados:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivossem outra especificação.
- c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do

conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O AEE está presente na busca da formação da autonomia e independência do aluno na escola e fora dela, o atendimento realizado pelo AEE deve cumprir todas as normas estabelecidas pelo conselho de educação. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o currículo deve ser:

Programas de enriquecimento curricular [...] que usufruem de ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008)

Consolidar um modelo de ensino que viabilize a qualidade no processo educativo inclusivo que acolha a todos os alunos sem qualquer preconceito, onde aja um currículo voltado as especificidades, professores qualificados para o atendimento e um ambiente propício ao educando, logo as ações e serviços tomaram amplitude necessária para alcançar todos os alunos.

METODOLOGIA

Tipo de Metodologia

Como método optou-se por uma pesquisa qualitativa, com entrevista a uma professora da Escola Paulo Freire, localizada no município de Macapá/AP, a instituição de ensino possui sala especializada no Atendimento Educacional Especializado, aplicou-se questionário para compreender como se dá o processo de ensino dos alunos com NEE. Além de fazer utilização de revisão bibliográfica em plataformas nacionais e internacionais em revistas científicas, artigos, leis e resoluções que abordassem de forma adequada o tema proposto aplicou-se questionário com perguntas abertas e semiabertas para melhor compreensão.

A pesquisa foi conduzida nas seguintes bases de dados eletrônicas: (1) Portal do Mec,

(2) Planalto.Gov; (3) Revista Científica The Lancet, (4) Scientific Electronic Library Online

(SciELO). Foram utilizadas pesquisa em Português e Inglês de acordo com os termos utilizadas juntos ou separadamente nas bases de dados eletrônicas, como:

- Histórico da PcD;
- Pessoas com Deficiência;

- Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão;
- EJA;
- NEE;
- AEE;
- Políticas Públicas.

Foi utilizado critérios de inclusão e exclusão de artigos nacionais e internacionais relevantes sobre PcD e suas NEE com inclusão na modalidade da EJA, foram identificados cerca de 17 artigos produzidos entre 1990 a 2022. Após a leitura dos artigos, houve exclusão de artigos coincidentes e relacionados ao tema, seguiram apenas 9 artigos de relevância. Ao que diz respeito aos aspectos legais o estudo por ser fundamentado em revisão bibliográfica utilizou-se diretrizes, leis, constituição de 1988, resoluções e políticas públicas, a partir da leitura de todo conteúdo levanta foi possível fundamentar a pesquisa estimulando a compreensão.

Durante o período observação na escola e acompanhamento a professora entrevistada, para realizar a coleta de dados de pesquisa, foi perceptível como a instituição não possui estrutura para atender alunos com deficiência, não existe acessibilidade, todo atendimento educacional é adaptado com o que há disponível. Nota-se nas respostas da professora que a maioria das atividades realizadas na escola é na “medida do possível”.

Diante disto, não é aluno que tem que se adaptar a escola e sim a escola ao aluno, uma escola inclusiva deve deter de todos os recursos matérias e humanos para atender o público alvo em questão, visando o progresso do aluno. Mas que para isso aconteça é necessário fiscalização mais abrangente, recursos financeiros, professores capacitados e que se capacitem com novas tendências educacionais. Portanto, está pesquisa estará aberta a novas mudanças, pois, ainda há muitas mudanças a serem feitos no que diz respeito a inclusão de aluno com NEE em uma verdadeira escola inclusiva.

Optou-se por transcrever algumas perguntas cumprindo as respostas da docente entrevistada no mês de novembro de 2022.

PERGUNTA 08 – A proposta curricular da escola atende as necessidades pedagógicas desses alunos?

(X) Sim. (.) Não Justificativa: “Faço adaptações.”

De alguma forma são feitas adaptações, com foi relatado a escola em questão não é um ambiente adaptado a receber alunos com algum tipo de deficiência, em resumo os professores e alunos que tem que se adaptar ao local.

O artigo 59 da LDBEN estabelece como dever seguir as determinações do sistema de ensino para pessoas com deficiência e entre outros o currículo para atender os sujeitos da pesquisa:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Conforme a lei as adaptações são necessárias para melhor atender os alunos que precisam de ensino apropriado à deficiência.

PERGUNTA 09 - A escola reconhece as necessidades individuais dos seus educandos? (X) Sim. () Não

Justificativa: “Fazemos reuniões pedagógicas e colocamos as situações individuais dos alunos.” Atender as individualidades de cada aluno favorece o rendimento e desenvolvimento intelectual, cognitivo e motor, aonde os pais veem que seus filhos estão sendo atendidos de forma a garantir o direito deles e promover a valorização do aluno.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, apresenta a importância de atendimento individualizado:

Art. 10. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

Numa perspectiva inclusiva a EJA faz este papel de acolher alunos que por algum motivo não tiveram atendimento adequado no ensino regular, os quais o ensino é adaptado,

com a demanda de alunos com NEE mudanças de posturas terão que ser construídas para atender as duas modalidades de ensino.

PERGUNTA 10 - Quais as suas expectativas futuras para esses alunos após o término da EJA?R: “Que eles possam alcançar algum conhecimento, compreender objetivos propostos nas atividades e desenvolver habilidades.”

Nota-se o esforço diário da escola como um todo (professores, funcionários, direção, equipe pedagógica) em valorizar seus alunos, mesmo com tantas dificuldades. Segundo Vasconcelos (2005 p. 75), o professor é um facilitador:

O professor deverá agir como um “facilitador das relações” e “problematizador das situações”. É indispensável que o educador domine o conteúdo e domine muito bem, para saber onde é importante dar ênfase, relacionar, criar, selecionar e organizar (caso contrário ele seria sempre “animador”). Ele deve ter a convicção de que aquilo que está propondo é relevante para o educando, além de ter a tranquilidade de ser feito com antecedência o plano de trabalho.

Entender os obstáculos e tomar atitude em meio a tantas dificuldades para atender o público alvo e ter uma ótica empática e ter a ação de minimizar os problemas é que faz a profissão professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como intuito fazer uma reflexão sobre os fatores histórico da educação inclusiva de alunos com NEE, sua inserção na Educação de Jovens e Adultos e como é importante a formação docente como elemento fundamental. Uma educação comprometida com o aluno faz toda diferença no desenvolvimento intelectual e cognitivo oportunizando expectativas que os façam superar os desafios cotidiano.

Quando se expõe um tema de tanta amplitude não é possível colocar um ponto final, assunto de imensurável relevância e que tem um longo caminho a ser percorrido. Com isso está pesquisa estará em aberto, ainda há muito a ser estudado, dúvidas a serem esclarecidos, debates inconclusos e novas perspectivas no que diz respeito à inserção de alunos com NEE no ensino regular como prioridade, não esquecendo a importância da modalidade da EJA com a inserção de tais alunos.

Inclusão, aceitação e educação, ao logo da fundamentação desta pesquisa muito foi observado e questionado sobre as teorias e práticas aplicadas, de como a inclusão não apenas para os indivíduos que precisam de uma educação especial inclusiva e que vise suas

necessidades/especificidades, mas, que a sociedade se inclua neste paradigma. Dito isto, é relevante que a educação inclusiva seja elaborada de forma abrangente, como se aplica na CF/88 no artigo 205 que a educação é um direito de todos.

O objetivo deste trabalho foi entender como se dá o atendimento educacional a pessoas com necessidades educativas especiais na 1ª etapa da EJA, identificando que tipos de ações o professor utiliza, identificando as ações que o professor utiliza na escola pesquisada.

Entender a importância dos meios legais a inserção de alunos com NEE no ensino regular, porém, parte dessa população está inserida na modalidade EJA, a qual tem atendidos as individualidades através de adaptações no currículo escolar e na acessibilidade para minimizar os obstáculos a serem percorridos. Mas, é importante que docentes tenham conhecimentos específicos para abordagem correta e que proporcione a participação de todos.

Ainda há certa resistência quando se refere a educação inclusiva, sendo fundamental bom senso sobre as práticas pedagógicas do docente que acompanha diariamente os desafios da inclusão na modalidade da EJA. Faz-se necessária formação especializada, adaptação no currículo visando diminuir as problemáticas que surgem no decorrer do ano letivo e com as experiências vivenciadas e possíveis adequar o ensino nos anos posteriores.

As observações realizadas durante o período de estágio, foi de extrema importância para compreender o cotidiano de uma escola que antes voltada para atender a modalidade da EJA e teve que realizar adaptações para receber alunos com NEE. Mesmo com essa mudança e com as dificuldades e a escola não ter um ambiente real de inclusão, o trabalho em conjunto da gestão escolar e professores possibilitaram que alunos sejam atendidos, o qual se sintam incluídos no meio escolar e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de et al. **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. Educação. CE/USFM. Santa Maria (RS)**, v. 32, n. 2, 2007, p. 327-342.

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 18 de setembro de 2022

BRASIL. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

_____. Diretrizes Operacionais da Educação Especial da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

_____. DECRETO Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 de dezembro de 2022

_____. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

_____. LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

_____. LEI ° 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 18 de setembro de 2021.

_____. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

_____. LEI Nº 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 12 de novembro de 2022.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. Janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2022.

_____. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: Ministério Da Educação? Secretaria da Educação Básica, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf>. Acesso em 26 de novembro de 2022.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial-MEC. 2008.

_____. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

COSME, Gerliane Martins. **Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da EJA**. In: FREITA, Rony. C. O.; PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela; JORDANE, Alex. Especialização PROEJA. Serra-IFES, 2010. Espírito Santo. Secretaria da Educação. Ensino fundamental: anos iniciais. Currículo Básico Escola Estadual. Vitória: SEDU, 2009.

FACION, José Raimundo (org.). MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães (et al.) **Inclusão Escolar e Suas Implicações**. 2. Ed. Ver. Ampli. Curitiba: Ibepe, 2007.

FREIRE, P. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 36-49.

KARAGIANNIS, A. STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Fundamentos do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999. p. 21 – 34.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil**, histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva**. 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009 184 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri [et al.] In **Educação especial: do querer ao fazer**. Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

RODRIGUES, Olga M. P. R. CAPELLINI, Vera L. M. F. SANTOS, Danielle A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade**. Disponível em: Acesso em: 11 jan. 2018.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislações e políticas públicas em Educação Inclusiva**. 2ª. Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A. 200.

SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão, construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, stainback, W. **Inclusão: um guia para educadores** – P. Alegre: Artimed, 1999

SOUZA, J. P. de. **A Educação Física no contexto inclusivo**: análise do curso de capacitação de professores multiplicadores em Educação Física Adaptada. Campo Grande, 2006. 133 f. Dissertação